



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

A EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL: UM NOVO PARADIGMA?

Dinorah Nogueira de Souza Martins*
(UESB)

RESUMO

Este artigo critica a educação no campo que ora se tem, comprometida com a ideologia das elites agrária e industrial do país e propõe a urgente necessidade de repensar a prática educativa no meio rural. A autora vai buscar no movimento da educação do campo a valorização da cultura camponesa e ainda, ressalta que a prática pedagógica do(a) professor(a) rural precisa estar embasada de uma prática social orientada por objetivos que visam trazer a realidade onde está inserida a escola, para o currículo, e este, por sua vez, para o cotidiano do educando, numa visão histórico dialética. Propõe-se novo paradigma para a Educação no Campo com a discussão da posse da terra, as relações sociais, produtivas e culturais dos sujeitos camponeses.

PALAVRAS-CHAVE: Educação no campo, cultura camponesa, paradigma.

INTRODUÇÃO

O capitalismo foi se consolidando e se adaptando às modificações ocorridas em seu modo de produção. Este tem promovido novas formas de trabalho, cada vez mais especializadas, e cujo sujeito, que antes dominava o processo de produzir, agora se acha alienado. O mesmo que ocorre nas esferas social e econômica, se expressa na educação

* Mestranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC, Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, Ilhéus-Ba.; Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, Vitória da Conquista-Ba. Linha de Pesquisa em Práxis Educacional. "Saberes e Práxis do(a) Professor(a) Rural". e-mail: dinanogueira@yahoo.com.br ou dinabecker@uesb.br



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

através da escola. Este tem se constituído enquanto aparelho de reprodução da hegemonia capitalista, onde o conhecimento foi se fragmentando cada vez mais e exigindo do educador uma ação pedagógica multidisciplinar; entretanto, muitas vezes, este mesmo educador não tem dado conta desta tarefa. Sob este aspecto, primeiramente, abordo a educação no meio rural enquanto práxis social, partindo do pressuposto de que a escola é um veículo de libertação e, para isto, demanda novas diretrizes curriculares, voltadas completamente para a realidade cultural e identidade dos sujeitos que vivem no campo. Assim, torna-se necessário um novo paradigma para a educação no campo.

Num segundo momento, ao perceber a distância entre o que se ensina e o que é vivenciado no meio rural, aponto algumas reflexões acerca do que tenho observado na educação rural no município de Vitória da Conquista, Sudoeste da Bahia.

É importante que, ao analisar qualquer dimensão da educação, o façamos tomando por base a unidade do conhecimento humano, porque esse indivíduo está inserido em determinadas relações sociais, onde se dá a apropriação do saber genérico, sendo esse mesmo construído no interior das relações, não se limita a elas e vai, progressivamente, num fluxo dialético, acomodando, reformulando e condicionando o conhecimento. Na realidade o conhecimento é uma produção coletiva que se dá ao longo da história do homem em diferentes tempos e diferentes configurações sócio-econômicas, políticas e culturais. Nesse contexto, precisa-se destacar que a história do homem nasce com a terra na busca do existir e do sobreviver.

A EDUCAÇÃO RURAL ENQUANTO PRÁXIS SOCIAL

A apreensão do conhecimento da natureza pelo homem se processa de forma genérica, garantindo as condições de produção e reprodução de sua vida, que vai se materializando socialmente. Enquanto práxis social, a educação rural precisa caminhar



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

nesta via, privilegiando a formação do indivíduo através das relações de produção do conhecimento. Estes conhecimentos são estabelecidos no contexto dos direitos humanos, das lutas sociais, do respeito à memória cultural e à identidade do homem do campo.

Neste sentido, considera-se que: [...] a prática pedagógica não deve esquecer a realidade concreta da escola e os determinantes sociais que a circundam. A teoria e a prática não existem isoladas, uma não existe sem a outra, mas encontra-se em indissolúvel unidade. Uma depende da outra e exercem uma influência mútua, não uma depois da outra, mas uma e outra ao mesmo tempo. Quando a prioridade é colocada na teoria, cai-se na posição idealista. O inverso gera também distorções, pois uma prática sem teoria não sabe o que pratica, propiciando o ativismo, o praticismo ou utilitarismo. (VEIGA, 1944; p.16). Ressalto ainda que a prática pedagógica do(a) professor(a) rural precisa estar embasada de uma prática social orientada por objetivos que visam a trazer a realidade do meio ambiente no qual está inserida a escola para o currículo e este, por sua vez, para o cotidiano do educando. Numa relação dialética entre realidade-currículo-prática construir-se-á um novo paradigma para a educação no campo.

Sendo a escola ideologicamente comprometida com a sociedade capitalista, torna-se inexequível a realização de qualquer intenção transformadora da mentalidade do homem rurícola. Contudo, somente se realizaria a mudança da sociedade classista, a partir da educação.

A elite hegemônica do país usa a educação para veicular sua ideologia classista e dominadora. Este mesmo veículo, a educação, pode representar a libertação dos sujeitos dominados. Assim, é necessário que educadores, uma vez qualificados, possam assumir como trabalhadores do humano, formar sujeitos muito mais do que apenas professores de conteúdos de alguma disciplina, como afirma Caldart: Trata-se de enxergar a educação como uma relação entre sujeitos. A escola reconhece seus educandos e suas famílias como sujeitos. O movimento social e seus sujeitos também reconhecem os educadores como sujeitos. E todos se vêem como sujeitos de um movimento maior, que



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

é o movimento da história. [...] Nesta concepção está também a idéia de que são os seres humanos, as pessoas que fazem as transformações sociais, ainda que sempre condicionadas pelo formato das relações materiais das relações sociais em que se inserem e que elas não determinam pessoalmente. (CALDART, 2004; p.120).

Contudo, pode-se dizer que é possível a escola do campo se vincular a um movimento pedagógico que não comece nem termine nela mesma e que como disse Arroyo (2004), tenha como suas questões as grandes questões humanas do homem (ser humano) do campo: terra, luta, justiça, participação, cooperação, saúde... Assim sendo, a escola rural passa a ter um sentido político, cultural, pedagógico bem mais amplo do que pode ter, se ficar isolada em si mesma. Então vale a pena lutar por ela.

As relações sociais constituem a base do ambiente educativo de uma escola. As relações sociais que as pessoas travam entre si, através dos processos e materialização de sua existência social, são as que pesam na formação das pessoas. É o ser social que forma a consciência, nos disse Karl Marx. A esse respeito Caldart (2004, p.112) acrescenta que “as relações sociais constituem os sujeitos que produzem conhecimento, mas também sentimentos, valores, comportamentos, habilidades, ações cotidianas e ações extraordinárias”.

A relação do homem com a terra, com a natureza, no seu fazer cotidiano, precisa ser transformada em currículo e incorporada ao jeito de ser da escola rural, às práticas pedagógicas, para que produza conhecimentos genéricos dentro de uma totalidade, necessários aos sujeitos que ali estão. Isto é dar significação aos sujeitos da escola. Esta, como diz Caldart, (2004) é uma tarefa grandiosa e necessária para educadores e educadoras comprometidos política e pedagogicamente com este projeto de ser humano, de campo, de país, de mundo. Apresenta-se desse modo um ensaio para soluções, porque, segundo José Carlos Abrão:



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

as soluções têm caráter histórico de realização e que, portanto, cabe aos professores das escolas no campo definirem os rumos das soluções necessárias para que a educação no campo seja verdadeiramente emancipatória adequada aos contextos específicos. (ABRÃO, 1996)

O QUE SIGNIFICA FAZER UMA ESCOLA INSERIDA NA DINÂMICA SOCIAL DO MEIO RURAL?

A cultura rural, desenvolvida no Brasil a partir do modelo capitalista de colonização, tem-se constituído num empecilho para que a educação do campo avance para um projeto popular de desenvolvimento do campo e do país. O homem do campo, por exemplo, acredita que precisa sair do campo para continuar tendo escola e que precisa de escola no campo para sair do campo. Isto é pura exclusão social, é cultural. Esta realidade somente será superada na construção de novas relações sociais de produção e materialidades culturais.

Deve-se aqui fazer uma relação com as escolas de assentamentos de “Sem Terra” que vêm na escola uma ponte para a formação dos sujeitos de direito como dizem os Sem Terra, in Arroyo: “Queremos que nossos filhos aprendam na escola algumas coisas que nós tivemos que aprender fora dela, e muito mais tarde. Uma dessas coisas é sobre quais são os nossos direitos e que precisamos nos organizar e lutar por eles”. Por isso, lutam pelo direito à escola. Para provar tal fato, convém ressaltar que os Sem Terra quando acampam para ocupar alguma terra, a preocupação deles, primeiramente, é construir o barraco onde será a escola dos filhos daquele acampamento.

A escola nasce do movimento para propiciar aos seus alunos a oportunidade de estudar e conhecer o mundo, mesmo em meio às constantes idas e vindas dos trabalhadores rurais em suas marchas e a instabilidade dos acampamentos. Somente uma escola construída a partir de um projeto político social, pelos sujeitos do campo, pode dar conta das necessidades e do trabalho do campo. A esse respeito nos diz Caldart:



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Esta é sem dúvida uma das grandes lições dos Sem Terra para a escola rural, que cada jovem e adulto que se alfabetiza, cada curso para formar os trabalhadores e trabalhadoras da terra ajudam a construir a identidade do sujeito Sem Terra. Podem não conseguir alterar significativamente as estatísticas da educação no campo (a cada escola que se abre no campo, mais de uma se fecha no processo de exclusão social galopante), mas certamente são um sinal importante deste processo cultural de humanização que passa a incluir a escola como uma das dimensões da vida social das comunidades do campo. (CALDART, 2004: p. 112)

Dessa forma, além de lutar pelo direito à escola, luta-se pelo dever de estudar, de ter a escola que querem da qual precisam. Esta é a escola cidadã. Se pensarmos a educação como um processo de construção coletiva, contínua e permanente de formação do indivíduo, que ocorre na inter relação entre estes e a natureza, a escola rural passa a ser o palco privilegiado dessa formação, uma vez que lida com o conhecimento, valores, atitudes e formação de hábitos. É no coletivo rural que irão brotar as discussões e possivelmente as soluções para essa gente campesina.

O ensino na zona rural precisa ser apresentado de modo que a cultura campesina seja preservada. O campo é a ciência in natura, os elementos abarcados pela ciência estão ali no dia-a-dia do educando. Esta escola precisa mostrar para o aluno a importância de sua origem e fazê-lo entender que o campo não é um lugar atrasado, mas um lugar que muito pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Precisamos potencializar os elementos presentes no campo e levar em conta que o campo está em movimento e não dá mais para pensar que para trabalhar na terra, mexer com a enxada, com a foice¹¹⁴, não há necessidade de muitas letras e que para a escola rural qualquer coisa serve. A “escolinha” rural do “cai cai” precisa morrer. Levar a escola para o campo é muita pretensão dos educadores citadinos. A escola do e no campo precisa nascer dos

¹¹⁴ Instrumento de ferro cortante, muito usado pelo camponês para cortar a capoeira e/ou fazer roça.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

sujeitos que vivem na e da terra. O homem foi formado da terra, cresceu mamando o leite que mana da terra, sobrevive da terra, trabalha com os frutos da terra, reproduz-se, morre e volta para o seio da terra. E, por que não a escola nascer, crescer e viver da e na terra?

Fala-se muito atualmente em projeto político pedagógico, no entanto, no ínterim dessa abordagem, precisa-se explicitar também a questão da posse da terra. O homem da cidade, quando se vê sem renda ou com o salário baixo, tem a possibilidade de vender picolé, banana, doces, etc., entretanto, a realidade do campo é diferente. Meeiro, diarista, agregado, seja qual for a condição de trabalho, não têm outra possibilidade. Não têm seu pedaço de chão. É preciso construir um projeto de transformação em que leve em conta o sistema econômico de posse e uso da terra.

Portanto, se a escola rural está ideologicamente comprometida com a estrutura econômica capitalista, é mister e de grande urgência a elaboração de um projeto político social que venha romper com a estrutura arcaica, viciada e improdutiva da terra. Qualquer proposta pedagógica para o campo precisa considerar a força de trabalho do homem do campo, os direitos humanos, sua cultura, etc. Arroyo (2004, p.19) aponta que “no campo, persistem os problemas crônicos de nossa educação: analfabetismo, crianças, adolescentes fora da escola, sem escolas, defasagem idade-série, repetência e reprovação, conteúdos inadequados, problemas de titulação, de salários e carreira dos seus professores”.

Desde 2003 existe no MEC um grupo permanente de trabalho de Educação do campo que inclui a participação de movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras do campo, e em 2004 começou a funcionar a Coordenadoria de Educação do Campo vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Este constitui um marco importantíssimo para a educação do Campo¹¹⁵.

¹¹⁵ Texto “Elementos para Construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo” produzido a partir da exposição “A construção da Identidade da Educação do Campo”, desenvolvida no Seminário Estadual da Educação do Campo, promovido pela Secretaria de Educação do Paraná de 9 a 11 de março de 2004.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Mas, apesar dos avanços e da complexidade dos movimentos sociais precisa-se avançar na clareza teórica e de projetos para dar um salto qualitativo na luta e nas práticas pedagógicas produzidas até aqui.

O projeto político e pedagógico da Educação do Campo precisa identificar os espaços desta luta política, precisa-se pensar a Educação do Campo enquanto processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo a partir do olhar próprio dos camponeses e das “experiências de lutas e de suas organizações” como cita Roseli Salete Caldart. Este processo se dá na contra mão das relações capitalistas de produção. A este respeito nos diz a referida autora:

O desafio teórico atual é o de construir o paradigma (contra-hegemônico) da Educação do Campo: produzir teorias, construir, consolidar e disseminar nossas concepções, ou seja, os conceitos, o modo de ver, as idéias que conformam uma interpretação e uma tomada de posição diante da realidade que se constitui pela relação entre campo e educação. Trata-se, ao mesmo tempo, de socializar/quantificar a compreensão do acúmulo teórico e prático que já temos, e de continuar a elaboração e o planejamento dos próximos passos. CALDART (2004, p.16).

Haja vista, há também um discurso de “Educação no Campo” para se referir a uma educação gestada nos interesses e cultura dos sujeitos do campo quando na realidade, se vincula a grupos com interesses conservadores. O discurso é o da humanização, mas o objetivo de fato é o da dominação e exploração de uma classe sobre a outra; daquele que tem a posse da terra como terra de lucro sobre o que vê a terra como terra de sustento. Este discurso fica evidente quando o educador atenta o seu olhar, reflexivo, à educação aplicada no campo. Ali, parece enxergar uma prática educacional semelhante a da zona urbana, onde o que se ensina não tem relação com a realidade camponesa. Isto nos leva a crer que o processo de ensino para os jovens e adultos do campo é o mesmo das cidades. Esta percepção se dá a partir do currículo e do calendário escolar que é o mesmo das



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

escolas urbanas além do material didático, como livros principalmente. A escola muitas vezes trabalha conteúdos fragmentados, idéias soltas, sem relação entre si e muito menos com a vida concreta; são muitos conteúdos e atividades sem sentido, fora de uma totalidade, que deveria ser exatamente a de um projeto de formação humana. A título de ilustração, em visita a uma escola rural na região de Vitória da Conquista, quando indagada acerca do planejamento, a professora “tal” respondeu que os conteúdos trabalhados com seus alunos em sala de aula eram os mesmos de uma escola particular da sede do município. Esta fala retrata a ausência de uma proposta pedagógica voltada para a realidade rural daquela localidade.

Não é preciso destituir a cidade para o campo existir, nem vice-versa. O campo e a cidade são dois espaços que possuem lógicas e tempos próprios de produção cultural, ambos com seus valores. Não existe um espaço melhor ou pior, existem espaços que coexistem, pois muito do que é produzido na cidade está no campo e vice-versa. É necessário desenvolver no aluno da escola do campo um sentimento de pertença que é o que vai criar o mundo para que os sujeitos possam existir. Se os sujeitos não se sentirem pertencentes ao campo, não podem desenvolver suas competências, seus valores. Pertencer significa se reconhecer como integrante de uma comunidade, de uma cultura e é este sentimento que faz com que possam defender suas idéias, recriar formas de convivência e transmitir valores de geração em geração.

Ao lutar pelo direito à terra e pela educação, os sujeitos vão recriando as suas pertencas, reconstruindo a sua identidade com a terra e com a sua comunidade. Isto será um demarcador de diferença entre campo e cidade, sem serem excludentes, porque, conforme diz Arroyo (1999) “os sentimentos dos que vivem na e da terra com todo o ecossistema não são os mesmos para os que vivem na cidade”. Se assim é, a superação da dicotomia entre o rural e o urbano, no sentido de recriar os vínculos de pertença ao campo, constituem fundamentos essenciais para a educação do campo no campo. Para tanto, exige a implementação de políticas adequadas às reais necessidades campesinas.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Convém perguntar que jovem ou adulto está se pensando formar? Quais os interesses da comunidade onde está inserida a escola? A perspectiva da educação do campo é a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que, se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção do seu destino. Trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo como aponta Caldart:

Este é um traço do projeto político e pedagógico da Educação do Campo que não podemos perder jamais, porque estamos diante de uma grande novidade histórica: a possibilidade efetiva de os camponeses assumirem a condição de sujeitos de seu próprio projeto educativo; de aprenderem a pensar seu trabalho, seu lugar, seu país e sua educação. É a concretização da pedagogia do oprimido, talvez entre seus sujeitos mais legítimos. (CALDART, 2004; p.28)

A escola foi institucionalizada no campo sem levar em conta os seguintes aspectos: a população, a quem se destinava o contexto onde estava situada, as relações sociais, produtivas e culturais e a necessidade de formação sócio-profissional dessa gente campesina; daí as distorções entre o que se ensina e a realidade campesina. Sob esta ótica, convém ressaltar a importância do professor no processo de progressão e aprendizado dos alunos. A educação do campo deve compreender que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, tem nomes e rostos, lembranças, gêneros e etnias diferenciadas.

Cada sujeito individual e coletivamente se forma na relação de pertença à terra e nas formas de organização solidária. Portanto, os currículos precisam se desenvolver de modo a respeitar as materialidades do espaço físico e sócio-cultural. Precisa-se também contemplar nestes currículos as questões sobre os direitos humanos e principalmente o que tange ao direito à posse da terra, as questões de raça, gênero, etnia, produção de sementes, tecnologias e inovações tecnológicas, inovações agropecuárias, a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade, a justiça social e a paz. A educação que acontece na escola precisa ser no campo e do campo e não para o campo. Desse modo, a escola



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

rural deixará de ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro. Agora pergunta-se: Como acabar com a perversa idéia que coloca o povo do campo como algo à parte? Como superar a distorção existente entre currículo e realidade do campo? Precisamos de uma escola rural diferente, desde sua concepção, no jeito de estudar, no trato dos conteúdos, no envolvimento dos pais e educadores, e, principalmente, no fazer pedagógico. É desta escola que faz o sujeito pensar, agir, lutar, transformar, ousar, criar, mudar, que necessitamos.

Ora, se o campo está em movimento o ensino também precisa se adaptar a esta nova realidade e os educadores, precisam ter sensibilidade para essas transformações sociais, culturais, etc. Se, o campo está em movimento, repito, a escola do campo não pode ficar enxertada em modelos arcaicos de educação. Pressupõe-se que, a partir das novas exigências, da sociedade global, a educação no campo requeira novos paradigmas.

EDUCAÇÃO NO CAMPO COMO CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A educação do campo pode ocorrer tanto em espaços escolares quanto fora deles. Envolve saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados, se realizam na organização das comunidades e dos seus territórios e onde vivencia o direito de relacionar-se com a terra através do trabalho. Assim sendo, as políticas de educação que visam o exercício da cidadania, precisam estimular os sujeitos da educação a criar, na sua relação social, um espaço humano de convivência social desejável como aponta o GPT Educação do Campo, (MEC, 2003):

A formação humana é todo o processo educativo que possibilita ao sujeito se constituir enquanto ser social responsável e livre, capaz de refletir sobre sua atividade e seu refletir, capaz de ver e corrigir os erros, capaz de coopera e possuir um



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

comportamento ético, porque não desaparece em suas relações com os outros. Portanto, a educação como formação humana é também uma ação cultural.

Se, se quer uma educação do campo que promova a construção da cidadania, dos direitos humanos, da ética, etc., precisa-se desenvolver políticas públicas enquanto ação cultural comprometida com o projeto de reinvenção do campo brasileiro. Na implementação dessas políticas públicas, os educadores devem estar atentos para o fato de que existem diferenças de ordem diversa entre os sujeitos do campo. O campo é heterogêneo em suas diversas matrizes sócio-cultural e físicas.

Esta heterogeneidade possui duas implicações: a primeira é que não pode se constituir uma política de educação idêntica para todos os povos do campo; a segunda, por ser heterogênea deve ser articulada às políticas nacionais e estas, devem articularem-se às demandas e as especificidades de cada região, ou de cada espaço ou território que se diferencia dos demais. (GPT de Educação do Campo; MEC: 2003).

Assim, a relação entre o poder público e os camponeses não será de decisão unilateral mas, as comunidades poderão discutir e interferir nas políticas públicas a serem implementadas. A sustentabilidade do campo precisa ser pensada para além do espaço local, pensada no regional e no nacional e que estas comunidades se organizem, que participem ativamente e pensem num desenvolvimento integral onde faz parte a busca da resolução para os problemas da comunidade como: saneamento, saúde, educação, moradia, falta de água, investimentos na produção agrícola, etc.

Pensar a educação na relação com o desenvolvimento sustentável, é pensar a partir da idéia de que o local, o território pode ser reinventado através das suas potencialidades. Uma das formas de valorizar e trabalhar estas potencialidades, é usar a questão do coletivo como metodologia para tal proposta e procurar desenvolver atitudes de cooperativismo, da participação popular na gestão das políticas e das comunidades onde vivem, é ser co-gestor. Daí a importância de um currículo pautado na



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

realidade local e na construção do conhecimento dos direitos e seu conseqüente exercício da cidadania.

Conforme, Batista (2003, p.20-1) apud FERNANDES e MOLINA: a educação rural nunca foi alvo de interesse dos governantes, ficando sempre relegada ao segundo ou terceiro plano, “apêndice” da educação urbana. Foi e é uma educação que se limita à transmissão dos conhecimentos já elaborados e levados aos alunos da zona rural com a mesma metodologia usada nas escolas da cidade.

Assim, “enquanto a educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto para a população do campo, [...]” MOLINA (2004, p. 63) os paradigmas vão contemplar espaços diferentes, materialidades diferentes, culturas diferentes. Por esta razão é que a educação do campo concebida a partir dos grupos sociais, rompe com o paradigma da educação rural em que o viés é o produtivismo; concedendo às técnicas de produção agrícola mais atenção do que o direito à posse da terra e conseqüentemente, desprezando o exercício da cidadania. O movimento por uma educação no campo recusa essa visão e concebe o campo como espaço de vida onde respeita a relação trabalho-natureza-relações sociais ou seja, a população é a protagonista do próprio projeto social e político da educação no campo.

O Paradigma da Educação do Campo nasceu na luta pela terra e pela reforma agrária e como tal, não pode ficar restrito às escolas de assentamentos, é necessário sua espacialização para as diversas regiões. É preciso que este paradigma compreenda a relação campo-cidade como um estado de interdependência, embora, com suas contradições e singularidades; onde o campo não vive sem a cidade e esta, não vive sem o campo. Precisa-se acabar com o mito de que a cidade é quem tem condição intelectual, física e cultural de levar educação ao campo; este pressuposto está pautado no discurso da tendência urbanizadora (ABRÃO, 1996) cujo discurso atende aos interesses da elite industrial do país.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Nesse sentido, nosso maior desafio será trazer a cultura rural para os currículos escolares. Os conhecimentos, valores e práticas dos alunos deverão ser incorporados ao dia-a-dia da sala de aula. Quantos alunos são excluídos das escolas por sua cultura não ser validada, por seus hábitos, dialetos, atitudes, costumes e vivências não estarem em conformidade com a cultura padrão? Quantos saberes deixaram de ser reconhecidos? Quantas vozes foram silenciadas? Quantos diálogos interrompidos?

Ao invés da escola acolher e incorporar práticas, conhecimentos e valores diversos dos validados pela cultura escolar, seus alunos são considerados como portadores de deficiências ou de dificuldades de aprendizagem. As diferenças individuais não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa. São nestes questionamentos que residem a necessidade de um despertar para o movimento em favor da educação do campo, produzindo assim uma nova educação no campo ou um novo paradigma para a educação no campo.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, José Carlos. O Educador a Caminho da Roça. Editora Universitária Mato Grosso, 1996
- ARROYO, Miguel Gonzáles. A Educação de Jovens e Adultos em Tempos de Exclusão. Revista Alfabetização e Cidadania, nº 11, abril, 2004.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. FERNANDES, Bernardo Mançano. A Educação Básica e Movimento Social no Campo. (Por uma Educação do Campo). Brasília, 1999.
- BENJAMIN, César e CALDART, Roseli Salette. Por uma educação Básica do Campo: projeto popular e escolas do campo. V.3. Brasília, 2001.
- BOGO, Ademar. O MST e a cultura. São Paulo, ITERRA, 2000, (Caderno de formação, nº 34), p.59
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a Educação do estado no Meio Rural. In: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (Coords.). Educação e Escola no Campo. Campinas, SP: Papyrus, 1993.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

CALDART, Roseli Salete. A escola do Campo em Movimento. Contexto e Educação. Ijuí, v. 15, 2000.

DAMASCENO, Maria N. THERRIEN, Jacques (Org.). Educação e Escola no Campo. Campinas: Papirus, 1993.

_____. A Construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e Política. Sociedade Política e Educação, Campinas, 1992. (Coletânea C. B. E.).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004

GPT - Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo. Brasília, outubro, 2003.

THERRIEN, Jacques. Os Movimentos Sociais e a compreensão no meio rural: um eixo de análises. Educação em Debate, Fortaleza, jul./dez. 1987.

VEIGA, J. E. da. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Ed. Autores Associados, 2002.